

A POSIÇÃO FAMILIAR DOS JOVENS NO SÉCULO XVIII

por

Álvaro Ferreira da Silva*

Abstract: This article intends to contribute towards a renewed approach to the social roles of the young in societies of the past, via analysis of the residential conditions of unmarried children within a municipality in the Lisbon hinterland between 1738 and 1811. Using diverse methodological angles — from biographies of domestic groups to the statistic interpretation of individual behaviour — I focus upon the residential circumstances of single children, following the life-courses of these youths within their respective families, the timing of their permanence within or departure from the paternal home, and — in the latter case — the precise moment at which the act of leaving home took place. Based on these images of the dwelling characteristics of unmarried children, I attempt to discriminate the motives that dictated such patterns of behaviour. Among these, we can point with particular clarity to the role played by different forms of these, we can point with particular clarity to the role played by different forms of economy and organization within the domestic group, reflected in the distinctly centripetal effects of the family upon its descendants.

1. INTRODUÇÃO

Uma abordagem da organização do grupo doméstico a partir da posição que os filhos solteiros nele ocupam só inadvertidamente pode parecer um aspecto marginal para a história da família. Três razões justificam um estudo que particularize a posição dos filhos no interior do grupo doméstico. A primeira decorre da própria evolução da historiografia da família, pelo menos, nos últimos quinze anos¹. Não existe qualquer razão para continuar obstinadamente a encarar a tipologia da estrutura familiar dos agregados domésticos como o único, ou sequer o principal, indicador de síntese sobre a composição dos grupos domésticos². Pelo contrário, é francamente limitado «assumir que o agregado doméstico é adequa-

* Faculdade de Economia – Universidade Nova de Lisboa.

¹ Os estudos de P. Laslett (1983) e de R. Wall (1983) constituem as referências fundamentais sobre esta questão. Para um tratamento mais desenvolvido dos problemas metodológicos relacionados com o estudo histórico da família veja-se o que escrevi em Silva (1989 e 1993).

² Ao invés, a síntese mais recente sobre a história da família em Portugal, para o período que aqui evoco, publicada na *História de Portugal* dirigida por José Mattoso, continua a utilizar a tipologia de Hammel-Laslett de 1972 como único indicador das formas de organização dos grupos domésticos.

damente descrito por uma contagem do número de fogos que têm uma estrutura familiar simples, extensa ou múltipla» [Wall, 1987:78].

Uma segunda razão radica no papel dos filhos solteiros na variação da dimensão dos grupos domésticos. De facto, exceptuando os trabalhadores domésticos, é o número de filhos solteiros que constitui a variável explicativa fundamental, relegando a presença de outros parentes para uma posição muito subalterna³. Tal significa que a variação na presença de filhos solteiros pode ter uma função discriminante decisiva entre grupos residenciais, nomeadamente quando se pretende conhecer o impacto na organização do grupo doméstico de diferentes formas de economia familiar.

Por último, uma análise histórica da situação dos filhos solteiros no grupo doméstico mobiliza ainda problemas fundamentais, relacionados com a posição social da juventude no passado. É conhecido o contributo de Philippe Ariès, ao empurrar para o período contemporâneo o nascimento da juventude como grupo social, salientando a inexistência duma distinção entre infância e juventude nas sociedades europeias medievais [Ariès, 1960]. Gillis [1974] generalizou as conclusões formuladas por Ariès, na senda do que os sociólogos apresentavam como característico das sociedades do passado quando se debruçavam sobre os problemas da juventude no mundo contemporâneo⁴. A ideia de que a afirmação da juventude como grupo social teria sido uma criação da sociedade moderna e industrial tem vindo a ser contestada em alguns estudos sobre história da família⁵. Ora, um alargamento do número de estudos sobre os jovens e a sua extensão a áreas geográficas ainda não abordadas contribui para o fortalecimento de uma história social da juventude.

No entanto, como assinalava Richard Wall [1987:79], se é certo que o trabalho doméstico dos jovens tem suscitado alguma atenção, relacionando-o nomeadamente com a idade ao casamento tardia para ambos os sexos e a formação neo-local do grupo doméstico, muito menos realce tem sido dado ao momento em que se processa a saída dos filhos de casa dos pais e às suas consequências para a organização do grupo doméstico.

Este artigo pretende ser um contributo para uma abordagem renovada do papel social da juventude nas sociedades do passado. As conotações juvenis,

³Esta conclusão baseia-se num trabalho de maior fôlego que empreendi para Oeiras, mas é seguramente extensiva a todas as regiões em que a configuração familiar de referência se baseia no casal e filhos solteiros. Cf. Silva, 1993, cap. 5.1, em que se apresenta um modelo causal para a dimensão dos grupos domésticos. Veja-se nomeadamente a figura 5.1.

⁴Veja-se uma síntese da perspectiva sociológica em Cruz, 1984.

⁵Os estudos sobre a instituição do trabalho doméstico juvenil, ao longo do período pré-matrimonial, contribuem para uma outra visão da juventude. Vejam-se Wall, 1978 e 1987; Laslett, 1977 e 1983; Hajnal, 1983. Uma abordagem mais recente da relação entre trabalho doméstico e juventude é apresentada por Mitterauer, 1990.

pré-matrimoniais, do trabalho doméstico foram já objecto dum anterior estudo [Silva, 1987]. Agora é o modo como os filhos solteiros se integram nas formas de organização familiar observáveis num município da periferia de Lisboa entre 1738 e 1811 que se pretende analisar. Dois aspectos vão ser objecto de um tratamento mais detalhado. Em primeiro lugar, a capacidade de atracção do grupo doméstico sobre os filhos solteiros. Em segundo lugar, o momento da trajectória de vida individual em que se processa a saída de casa dos pais. Em Oeiras a configuração maioritária das relações familiares entre os coresidentes baseava-se na família nuclear, a neo-localidade de residência ao casamento era a regra, mesmo quando existia a possibilidade de viver com os pais de qualquer dos noivos⁶. Logo, o casamento implicava a saída de casa dos pais por parte da esmagadora maioria dos casais. No entanto, tem um significado e consequências diferentes a saída processar-se no momento do casamento ou efectuar-se antes. As consequências destes dois comportamentos são particularmente evidentes na organização do mercado de trabalho, na estruturação das relações intra-familiares ou na posição social dos jovens.

A análise da situação familiar dos filhos solteiros não é apenas feita à escala agregada da freguesia. Um dos resultados que creio mais interessantes do estudo que efectuei sobre as formas de organização do grupo doméstico entre os habitantes de Oeiras durante o século XVIII foi a conclusão de que comportamentos modais observáveis em algumas das características do grupo doméstico (tipos de parentes co-residentes ou neolocalidade da residência ao casamento, por exemplo) escondem diferenças importantes entre os vários grupos sociais [Silva, 1995]. Neste artigo procuro saber até que ponto a integração e permanência dos filhos no grupo doméstico ou a idade em que abandonavam o lar paterno são condicionadas pelos grupos ocupacionais a que pertenciam os seus pais.

Limitarei a análise aos fogos de lavradores e jornaleiros. A referência à ocupação desempenha aqui um duplo papel. Por um lado, existe a preocupação de observar as modificações na situação residencial dos filhos originadas pela prática de diferentes actividades profissionais⁷. Por outro lado, pretende-se conhecer até que ponto aquela situação residencial é permeável ao facto do grupo doméstico poder ser simultaneamente um grupo de trabalho.

Socorro-me dos modelos de economia doméstica sintetizados por Louise

⁶Veja-se a este propósito o que escrevi em Silva, 1993, cap. 4, sec. 3. Para as fontes históricas exploradas veja-se igualmente este trabalho.

⁷Esta caracterização ocupacional de um grupo doméstico é limitadamente unidimensional. De uma realidade multifacetada que são as fontes de rendimento dos grupos domésticos, cria-se uma imagem a preto e branco, utilizando a ocupação do chefe de família como elemento definidor do conjunto das receitas familiares. Tendo em conta esta limitação, entenda-se a classificação do grupo doméstico quanto à ocupação como uma tentativa de delimitar a origem das suas fontes de rendimento.

Tilly e Joan Scott [1978:14-15]⁸, para caracterizar os agregados familiares de lavradores e trabalhadores. No primeiro caso, o grupo doméstico era o local de produção e de consumo, ao passo que no segundo era apenas um lugar de consumo⁹. Entre os lavradores, a composição da família estava vinculada ao seu desempenho como unidade de produção. Nos trabalhadores, os rendimentos do grupo doméstico eram auferidos através do trabalho assalariado, pelo que teoricamente não existia qualquer limite ao número de filhos que podiam residir em casa, potenciais geradores de rendimentos através do seu emprego como assalariados. Estas duas formas de economia doméstica foram definidas numa forma que interioriza o papel do agregado familiar como grupo de trabalho: *family economy*, caracterizaria agregados domésticos como os dos lavradores; em contrapartida, *family wage economy* seria aplicável a famílias em que a economia doméstica se assemelhasse à dos trabalhadores.

Algumas palavras mais sobre problemas metodológicos. Falar em formas de organização dos grupos domésticos desloca desde logo o centro de atenção do mero conhecimento da morfologia familiar dos grupos domésticos. A noção de formas de organização dos grupos domésticos é mais ampla. Engloba as características estruturais que dominam os processos de formação e desenvolvimento dos grupos domésticos. São estas características que permitem explicar as diferentes configurações de familiares coresidentes e igualmente as dinâmicas de evolução dos grupos domésticos. Dito isto, não se pretende traçar qualquer distinção rígida entre uma análise dos grupos domésticos de tipo longitudinal e uma outra de tipo transversal, tal como é preconizado por Bradley e Mendels quando abordam o conceito de *family organization*¹⁰. Considero, pelo contrário, que a melhor forma de compreender o que chamei as características estruturais dos processos de criação e desenvolvimento dos grupos domésticos deve combinar os dois tipos de análise, embora privilegiando uma perspectiva processual.

Também não creio inteiramente pertinente a separação feita por Mitterauer e Sieder entre «método biográfico» (que caracterizaria uma postura de análise longitudinal) e «método agregado ou estatístico» (específico da abordagem transversal)

⁸Veja-se igualmente a síntese de R. Wall [1986].

⁹«The unit's need for wages, rather than for laborers, defined the work of family members»: eis como aquelas autoras diferenciariam o segundo do primeiro tipo de economia doméstica [Tilly e Scott, 1978, p. 15].

¹⁰O conceito *family organization* é sintetizado da seguinte forma: «family organisation [...] is the fundamental process whereby composition is generated, of which one of the main determinants, but not the only one, is the way in which generations succeed one another in a house or farm» [Bradley e Mendels, 1978, p. 381]. Para estes autores, o estudo da organização do grupo doméstico é baseado na análise longitudinal. Em contrapartida, a composição do grupo doméstico acede-se por uma análise transversal. Também Mitterauer e Sieder [1979 e 1983] dão uma grande importância a esta distinção, embora não utilizando o conceito de organização do grupo doméstico.

[Mitterauer e Sieder, 1979:277-8 e 1983:311]. A generalização torna-se difícil numa abordagem longitudinal, unicamente baseada na realização de biografias familiares, e perde-se em fácil tradução estatística dos comportamentos observados o que se ganha na percepção mais colorida da vida familiar do passado. Conjuguéi a análise das trajectórias familiares (através de esboços próximos das biografias) com a quantificação, sempre que a natureza das informações o possibilitavam. Utilizando processos simples de organização gráfica ou de classificação das informações sobre as características da transformação da morfologia dos grupos domésticos, foi possível combinar os estudos de caso com uma análise agregada¹¹.

2. ECONOMIA LOCAL E MODELOS DE ECONOMIA DOMÉSTICA

A freguesia que vai ser analisada tem a sua sede na vila de Oeiras, a cerca de quinze quilómetros da cidade de Lisboa e contava em 1738 com cerca de 1930 habitantes. O período que medeia até 1773 vai ser de forte crescimento populacional, atingindo então os 3600 habitantes, população que se mantém até 1810, com ligeiras oscilações¹².

A proximidade da capital e o facto de ser banhada pelo rio Tejo, via de transporte rápida e barata, foram um incentivo precioso ao desenvolvimento de uma agricultura apostada na produção frutícola e na vitivinicultura, não desdenhando também a cerealicultura. Os casais e quintas — prédios em que a produção agrícola se concentrava — têm em comum o facto dos seus proprietários raramente residirem na freguesia, sendo maioritariamente de Lisboa, numa demonstração da expansão de capitais citadinos na propriedade de bens de raiz das zonas periurbanas¹³.

Os lavradores, cujas trajectórias familiares irão ser analisadas, são os cultivadores dos prédios designados «casais». Raramente são proprietários dos prédios que cultivam, tendo quando muito uma ou outra courela de terra de pão ou alguma vinha. Todavia, o arrendamento destes casais permanece na mesma família durante várias gerações. A transmissão da autoridade no fogo a um dos

¹¹ Isto está patente na análise da evolução da dimensão dos grupos domésticos ao longo da vida numa unidade conjugal. Para uma aplicação mais vasta desta metodologia — nomeadamente a composição familiar do grupo doméstico — veja-se Silva, 1993, Cap. 6.

¹² Cálculo a partir das listas dos róis de confessados. A falta de registo dos menores de confissão (menos de 7-8 anos) foi corrigida através da estimativa do peso relativo destes grupos na estrutura etária da população.

¹³ Um dos grandes proprietários de casais e quintas era o Marquês de Pombal. O rendimento fundiário proveniente de casais ou quintas que eram propriedade da Casa Pombal oscilou entre 20% e 50% da totalidade do rendimento fundiário destes prédios, dependendo do momento que se considera.

filhos (geralmente o mais velho), vai a par com a sua sucessão como rendeiro¹⁴.

Por seu turno, os trabalhadores¹⁵ não mantinham situações de complementaridade com o cultivo da terra. Muito poucos tinham terras ou vinhas, e eram também raros os que tomavam algum destes prédios em regime de arrendamento¹⁶. O seu afastamento da propriedade de bens de raiz estendia-se mesmo às próprias casas de habitação, já que apenas cerca de 25% dos grupos domésticos de trabalhadores habitam em casas de que são proprietários plenos ou enfiteutas.

Diversidade das actividades económicas e da estrutura ocupacional que lhe correspondia, complexidade da estrutura económica e social presente nesta comunidade, descentramento dos habitantes face à propriedade dos bens de raiz (sejam eles casas ou lojas, casais ou azenhas e moinhos): eis as principais conclusões que enquadram o quotidiano das famílias que irão ser analisadas.

Mesmo numa versão muito pouco rígida das regras que definiam os grupos domésticos como grupos de trabalho, o contexto económico e social de Oeiras durante o século XVIII não permitia que grande parte das famílias tivesse o controlo sobre as suas fontes de rendimento. Os trabalhadores (mais de 20% das famílias residentes em Oeiras) não tinham qualquer relação de complementaridade entre o trabalho assalariado e o cultivo independente de uma leira de terra. Entre os artífices (cerca de 30%) muitos também não constituíam unidades de trabalho. Trabalhavam por conta de outrem, fora do agregado doméstico, derivando desse trabalho uma parte essencial do rendimento da família. Um número desconhecido dos fogos de que não foi identificada a actividade profissional de qualquer dos seus membros, nem existiam outras indicações sobre a sua posição social, corresponderia a núcleos residenciais de pobres e idosos, dependendo de transferências de rendimentos de tipo assistencial.

Para o jornaleiro agrícola ou o assalariado dos ofícios era nítida a separação entre local de trabalho e residência. O fundo comum que sustinha o agregado familiar como unidade de consumo era obtido através do trabalho por conta de outrem e não a partir da actividade dos co-residentes como grupo de trabalho. Como tal, a sua composição passava a não estar dependente da adequação entre a dimensão do agregado doméstico e os recursos económicos da empresa familiar. Afastada estava a possibilidade do cultivo de terras próprias ou arrendadas, a não ser num número muito limitado de casos. Era-lhes interdito o acesso aos direitos

¹⁴ Este invulgar comportamento de lavradores que não têm qualquer título de posse sobre as terras que fazem parte da sua lavoura foi detalhadamente abordado em Silva, 1993, Cap. 6.

¹⁵ O termo não é unívoco, tanto podendo designar o assalariado agrícola, como o trabalhador indiferenciado da indústria. A maior parte das vezes referia-se ao primeiro caso.

¹⁶ Em 1763, dos 101 grupos domésticos referenciados como trabalhadores só cinco eram proprietários deste tipo de bens. O arrendamento também não era frequentemente utilizado como meio de exploração de uma parcela de terra ou de um pedaço de vinha: em dois únicos casos se observa esta solução.

de pastagem, caça, recollecção de frutos ou de lenha, que noutras sociedades locais faziam parte da hierarquia de direitos de usufruto que caracterizavam a organização agrária e o sistema de posse¹⁷. Nestas circunstâncias, a família teria dificuldades em estar vinculada a qualquer processo de desenvolvimento em que existissem mecanismos de autoregulação entre a sua composição e as actividades económicas em que participasse como grupo de trabalho, mesmo abrangendo parcialmente os seus membros.

Isto não significa que as actividades económicas, da agricultura ao comércio, não continuassem a ser desempenhadas tendo a escala doméstica como ponto de referência. Situação visível não apenas no importante peso da mão-de-obra que residia no fogo do seu amo, como criados, oficiais ou aprendizes. Os trabalhadores por conta de outrem — fossem jornaleiros agrícolas ou oficiais —, mesmo quando residiam em casa própria, faziam parte de um grupo de trabalho, instalado na família do lavrador ou mestre, seus empregadores. Nestes, a família era a unidade de produção e de consumo; a casa ou os terrenos que a enquadravam, o espaço físico de trabalho e de residência. De um ponto de vista meramente especulativo, a composição do grupo doméstico — os filhos e outros parentes co-residentes, em idade laboral, ou os trabalhadores domésticos — podia continuar a estar dependente dos recursos económicos disponíveis, a exemplo do que era preconizado pela relação clássica entre grupo de trabalho e grupo doméstico.

3. O GRUPO DE FILHOS CO-RESIDENTES

O número de filhos solteiros que residem com os pais é o primeiro aspecto que irá ser abordado. Através dele pode-se obter uma imagem da capacidade centrípeta dos grupos domésticos face aos descendentes e compará-la com outros contextos geográficos. É igualmente possível testar a importância que teriam formas distintas de economia doméstica na capacidade do grupo doméstico fixar filhos solteiros. A tabela 1 sintetiza a informação sobre o número e composição dos filhos solteiros que residiam em casa dos pais, comparando as famílias de lavradores, trabalhadores e a totalidade dos fogos em dois momentos distintos, 1763 e 1806¹⁸.

¹⁷O estudo mais lúcido da importância económica, social e mesmo psicológica dos direitos colectivos de usufruto de certos bens e recursos, e da sua influência nas práticas de sucessão e na formação dos grupos domésticos, foi realizado por E. P. Thompson [1976], tendo como referência o caso inglês. Em *Whigs and hunters* [Thompson, 1975] tinha empreendido um estudo minucioso do impacto da perda de direitos colectivos em áreas florestais de Inglaterra durante o final do século XVII e primeira metade do século XVIII.

¹⁸Estes anos correspondem ao primeiro e ao último da série de róis de confessados em que foi possível cruzar a informação desta fonte com a proveniente dos livros de décima, respeitante nomeadamente às características socio-económicas das famílias e indivíduos. Sobre os problemas meto-

Tabela 1: Filhos presentes nos grupos domésticos (1763 e 1806)

Ocupação	Nº de fogos		Nº de UC		Nº de filhos		Sex ratio		Média por UC	
	1763	1806	1763	1806	1763	1806	1763	1806	1763	1806
Lavradores	33	35	30	33	53	84	165	155	1,77	2,55
Trabalhadores	101	44	94	37	119	44	105	110	1,27	1,19
Todos os fogos	660	869	508	669	648	812	95	92	1,26	1,21

Uma primeira constatação decorre da observação do número médio de filhos de ambos os sexos por cada unidade conjugal, para o conjunto dos fogos (última linha e última coluna da tabela 1). Os valores não são muito diferentes para os dois anos, reflexo de alguma estabilidade de comportamentos, pelo menos ao nível da globalidade dos agregados domésticos, como se irá ver um pouco mais adiante. Quando comparados com outras comunidades, estes valores revelam a existência de um reduzido número de filhos co-residentes, muito mais expressivo se se escolher o indicador mais utilizado noutros estudos: o número médio de filhos por fogo, que fica sistematicamente abaixo de uma unidade¹⁹. É certo que a não inclusão dos menores de confissão irá acrescentar cerca de 50% aos valores calculados²⁰. No entanto, mesmo se o número médio de filhos por fogo estiver entre 1,36 e 1,47 nos anos que têm estado a ser considerados, continua a situar-se entre os mais baixos que têm sido apresentados²¹. Quando é possível uma

dológicos, nomeadamente os que se referem ao cruzamento nominativo com os livros de décima a partir da década de 80 do século XVIII cf. Silva, 1993. Considerei que o número médio de filhos por unidade conjugal constituía uma medida mais eficaz do seu grau de concentração, quando comparada com um outro indicador possível: o número médio por grupo doméstico. Impede-se, assim, que os fogos sem estrutura conjugal possam interferir no cálculo da média.

¹⁹ Em qualquer dos dois anos o número médio de filhos não chegava a um por fogo (em 1763 era 0,97 e em 1806 era 0,91). Ao longo da série dos róis de confessados o valor mais alto é atingido em 1747 com 1,07 filhos por fogo.

²⁰ Os valores da tabela 1 não foram corrigidos, tendo em conta a intenção primordialmente comparativa entre grupos ocupacionais da mesma freguesia a que se destina a tabela e a existência de margens de erro elevadas na aplicação de estimativas da população menor de confissão para pequenos efectivos. No entanto, para o conjunto da população é possível oferecer estimativas relativamente seguras (cf. método em Silva, 1993, secção 4.1). É vulgar a ausência de qualquer correcção noutros estudos.

²¹ Os valores mais baixos de que tenho conhecimento cifram-se em 1,1 por fogo para a Inglaterra contemporânea (censo de 1970). Veja-se os dados apresentados por James Casey e Bernard Vincent [1987:176] em que a média é de 1,49 filhos por fogo, sendo aliás considerada como um valor muito baixo. Na Figueira da Foz oitocentista o número de filhos por fogo era de 1,81 [Cascão, 1985, cálculo sobre dados do quadro XXVIII], valor semelhante ao que podia ser encontrado por João Arriscado Nunes para uma freguesia próxima de Guimarães [Nunes, 1986:57]. Em contrapartida, Guilhermina Mota [1988:32] encontrou uma média superior de filhos por fogo (2,11). Os estudos publicados em Wall *et al.* [1983] apresentam médias geralmente superiores a dois filhos por fogo. Alguns exemplos: Dinamarca rural (1787-1811) 2; Flandres (1814) 2,7; Bruges (1814) 1,9; Inglaterra (1750-1821) 2,1.

aproximação ao número médio de filhos por unidade conjugal noutras sociedades locais, Oeiras permanece com o *ratio* menos elevado²².

Para esta menor dimensão dos filhos solteiros co-residentes várias explicações podem ser apresentadas. Deixem-se de parte as que resultariam de diferentes estruturas demográficas. Uma primeira razão podia ser atribuída às insuficiências do indicador que mede o número de filhos por fogo, por ser particularmente sensível à influência depreciativa dos agregados domésticos em que não existe qualquer estrutura conjugal²³. Nesta circunstância, a variação no número de filhos co-residentes seria ditada por causas exteriores à inserção familiar dos descendentes. Esta razão não é válida para o caso de Oeiras, em que a comparação possível com o indicador mais fiável — número de filhos por unidade conjugal — revelou um comportamento idêntico.

Uma segunda explicação possível seriam as condições que presidem à permanência de filhos solteiros na casa de seus pais ou, em alternativa, ao seu abandono. Sintetiza, em suma, a diferente capacidade centrípeta do grupo doméstico sobre os filhos solteiros. Ora, estas diferenças no número de filhos que permaneciam em casa dos pais sobrepunham-se a estruturas do grupo doméstico que se assemelhavam, quando identificadas pela tipologia de composição familiar estabelecida por Laslett e Hammell. Tome-se o exemplo do interessante trabalho desenvolvido por Guilhermina Mota sobre várias freguesias da diocese de Coimbra em 1801 [Mota, 1988]. A estrutura das relações de parentesco presentes no interior do grupo doméstico é muito semelhante à que podia ser observada em Oeiras pela mesma altura: peso esmagador da família nuclear e reduzida importância dos fogos complexos, como imagem do relevo assumido por formas neo-locais de formação do agregado doméstico. Na comparação que Guilhermina Mota [1988: 60] estabelece com os critérios de organização do grupo doméstico propostos por Laslett, a região de Coimbra estaria claramente incluída num modelo semelhante ao que vigoraria no Noroeste europeu. Porém, quando se olha com mais atenção para a composição do fogo, tomando como ponto de referência os filhos solteiros co-residentes, então as diferenças são profundas, prefigurando a existência de formas de organização do grupo doméstico que não são identificadas pela tipologia de Laslett-Hammell. Mais importante do que o problema metodológico da utili-

²² Este cálculo só pôde ser feito para Urgeses (Guimarães) e para as freguesias da zona de Coimbra estudadas por Guilhermina Mota. Considerei o número de fogos das categorias 3, 4 e 5 como uma aproximação ao número de unidades conjugais e refiz os cálculos para Oeiras, introduzindo uma correcção para os menores de confissão. Em Oeiras os valores oscilam entre 1,77 e 1,95 filhos por unidade conjugal, enquanto que nos outros casos ultrapassam os dois filhos por casal, com particular destaque para a região de Coimbra em que se atinge 2,47.

²³ Encontram-se nesta situação os grupos domésticos de solitários e todos os que não são baseados na conjugalidade, como os grupos domésticos de irmãos, tios-sobrinhos ou avós-netos, só para referir os exemplos mais comuns.

zação desta tipologia como elemento identificador da organização do grupo doméstico — referido no início deste texto — é o apelo que esta constatação faz a um estudo mais particularizado da composição do grupo doméstico, a formas inovadoras de abordar a história da família.

Podemos agora debruçarmo-nos sobre as diferenças no número de filhos que residem com os seus pais, consoante estes são trabalhadores ou lavradores. É nítida a capacidade de atracção dos grupos domésticos de lavradores sobre os filhos solteiros (tabela 1). Os filhos do sexo masculino são também em maior número nos fogos de lavradores do que nos de trabalhadores. Esta diversidade na composição do grupo doméstico entre os lavradores, destaca-se igualmente face à totalidade das famílias residentes na freguesia. Por último, comparando os dois momentos, continua a verificar-se entre os lavradores a maior dimensão e a mais pronunciada masculinização do grupo de filhos solteiros coresidentes.

Esta diversidade de comportamentos residenciais pode ser uma consequência de vários factores: uma demografia diferencial mais favorável em famílias mais abastadas (aqui representadas pelos lavradores), traduzida numa menor mortalidade pré-matrimonial e numa maior fecundidade feminina; uma mais precoce idade ao casamento entre os filhos dos trabalhadores, compartilhada pela maioria esmagadora dos grupos domésticos coresidentes; uma saída de casa dos pais no período prévio ao casamento que seria mais intensa entre os trabalhadores.

Infelizmente não é possível testar todos estes factores com o mesmo grau de segurança. O cálculo de taxas de fecundidade e de mortalidade infantil com os diminutos efectivos que decorrem da diferenciação entre fogos de trabalhadores e de lavradores retira eficácia a esta medida²⁴. Porém, a análise da evolução das famílias destes dois grupos ocupacionais não deixa margens para dúvidas: não se notam traços de uma demografia diferencial separando trabalhadores de lavradores. Os níveis de fecundidade calculados por cada mulher casada que pôde ser observada ao longo do seu período fértil apontam para valores médios de 3,8 e 3,9 filhos, respectivamente entre as mulheres de lavradores e de trabalhadores²⁵. A mortalidade infantil apresenta uma maior disparidade: em média, desapareciam cerca de 21% dos filhos dos trabalhadores antes de terem completado os 20 anos,

²⁴ O pequeno número das famílias de trabalhadores e lavradores fazem com que o cálculo das taxas de mortalidade e de fecundidade após a reconstituição de famílias enfrente várias dificuldades. Em primeiro lugar, o cálculo destas taxas está sujeito a forte influência de oscilações aleatórias. Em segundo lugar, a mobilidade das famílias de trabalhadores dificulta a observação dos nascimentos ao longo do período fértil da mulher ou dos óbitos durante a trajectória de vida duma criança ou dum jovem.

²⁵ Estes indicadores dos níveis de fecundidade diferencial incidiram sobre todas as mulheres de lavradores ou de trabalhadores cuja data de casamento era conhecida e em que pude seguir a evolução da família durante o período fértil da mulher. Os nascimentos foram contabilizados a partir dos registos de baptismo.

ao passo que entre os lavradores se poderia esperar um valor próximo dos 17%. Em suma, nada que explicasse as diferenças observáveis entre o número médio de filhos residentes por unidade conjugal.

A idade ao casamento poderia explicar parte destas diferenças. O casamento revelava-se francamente mais precoce entre os filhos dos trabalhadores de ambos os sexos: os filhos casavam-se com uma idade média de 22,4 anos e as filhas com 21,6 anos. Os mesmos indicadores entre os filhos dos lavradores apresentavam os valores de 28,5 e 24,6 anos, respectivamente. Assim, um casamento mais precoce entre os filhos trabalhadores traduzia-se num abandono mais rápido de casa dos pais. Em condições idênticas de fecundidade e de mortalidade pré-matrimonial recairia sobre o ritmo de saída do lar paterno a explicação para as diferenças entre o número médio dos filhos coresidentes. Resta saber se a saída de casa dos pais seria apenas coincidente com o casamento, concentrando no diferencial de idades ao casamento entre trabalhadores e lavradores a responsabilidade pela diferença no número médio de filhos por unidade conjugal. Mais adiante esta questão será retomada, quando se abordar a distribuição por idades dos filhos que saem de casa.

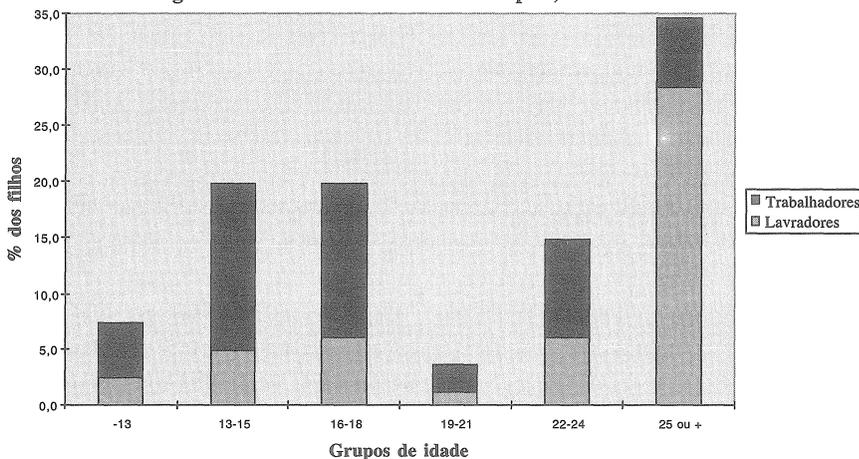
Uma terceira e última possibilidade de explicação residiria na existência de uma maior saída de filhos de trabalhadores no período anterior ao casamento. O trabalho doméstico ou a aprendizagem de um ofício seriam as motivações maioritárias destes movimentos. A tarefa principal será determinar o que diferenciava as dinâmicas dos grupos domésticos de trabalhadores e lavradores por forma a explicar este abandono mais precoce do lar paterno por parte dos filhos dos trabalhadores.

4. A IDADE DE SAÍDA DE CASA DOS PAIS

É possível ter uma imagem mais nítida da idade em que se processava a saída de casa dos pais (figuras 1 e 2). Simultaneamente, ganha-se uma percepção agregada do comportamento de saída do lar por parte dos filhos de lavradores e de trabalhadores e enquadra-se os exemplos que vão ser focados mais adiante. É uma forma de adicionar as informações agregadas, passíveis de quantificação, à observação da trajectória desta ou daquela família²⁶.

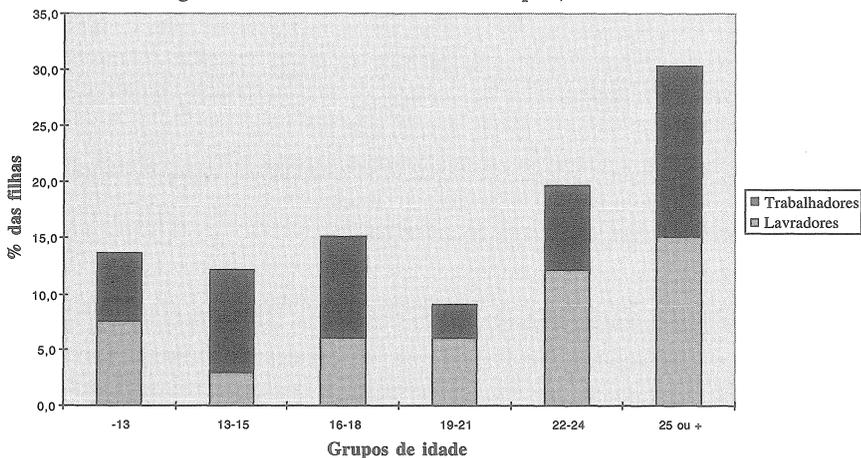
²⁶ Utilizou-se a idade em que ocorria a primeira saída de casa dos pais. Não se fez qualquer distinção entre os filhos que saíram devido ao casamento e os que deixaram o lar por outro motivo. Este procedimento foi imposto pela existência de lacunas na identificação dos casamentos que não se realizavam na freguesia. Esta falha é menos importante nas mulheres, mas muito relevante para os filhos do sexo masculino, principalmente dos trabalhadores. O trabalho de R. Wall [1978] representa uma referência fundamental. Veja-se igualmente o seu retorno mais recente a este tema em Wall [1987].

Figura 1: Idade de saída de casa dos pais, sexo masculino



A saída do lar não estava confinada ao casamento: esta a primeira conclusão que se pode retirar da análise de qualquer dos gráficos. A idade de 20 anos é um limiar mínimo de entrada no matrimónio para os jovens desta época, tendo em conta que nenhum filho de lavrador ou de trabalhador casou com menos de 20 anos, enquanto que apenas duas filhas o fizeram, uma com 17 e outra com 18 anos. Ora, os grupos de idade até aos 19 anos congregam 44% de todos os jovens, com particular realce para os do sexo masculino, em que quase metade saía antes de completar 19 anos. Fosse qual fosse a ocupação dos pais, o casamento não iniciava o processo de saída da casa paterna. O trabalho doméstico ou a aprendizagem dum ofício motivavam uma saída mais precoce.

Figura 2: Idade de saída de casa dos pais, sexo feminino



São menos os descendentes do sexo masculino dos lavradores que saem antes dos 19 anos: 28% contra 66% entre os trabalhadores. No sexo feminino esta diferença não é tão vincada: 33% das filhas de lavradores saíam de casa antes dos 19 anos, contra 48% no caso dos trabalhadores. Denunciam a existência de comportamentos distintos entre os dois grupos ocupacionais, ditando o momento e a intensidade das saídas de casa. Mais esbatidos quando os filhos eram do sexo feminino; plenamente evidentes quando se tratava dos jovens do sexo masculino.

No caso dos lavradores notam-se ritmos diferentes de saída de casa consoante o sexo dos filhos. As filhas têm uma distribuição mais equilibrada pelos diferentes grupos de idades, ao passo que as saídas dos filhos se concentram no grupo que inclui os jovens com 25 e mais anos. As relações de masculinidade superiores a 100 no grupo de filhos de lavradores que continuam a viver na casa paterna (cf. tabela 1) são reveladoras desta saída diferencial entre os sexos. Considerando as idades médias ao casamento para filhos e filhas de lavradores, pode-se mesmo concluir que existia uma maior propensão para os jovens do sexo feminino saírem de casa antes do casamento. A necessidade de retenção de mão-de-obra de jovens do sexo masculino explica esta diferença.

Não existe uma idade em que se concentre o abandono do lar paterno por parte dos filhos²⁷, exceptuando o marcado predomínio das saídas dos descendentes de lavradores depois dos 24 anos. No caso dos trabalhadores, o êxodo é gradual. No entanto, podem ser evidenciadas duas regras quanto à idade de saída dos filhos no período prévio ao casamento: por um lado, eram raras as saídas em idades inferiores a 13 anos; por outro lado, aos 18 anos parecia terminar uma fase de intensa saída por parte dos filhos dos trabalhadores.

Descortina-se alguma diferença de comportamentos na idade de saída de casa, consoante o sexo dos protagonistas. No sexo feminino, a saída de casa era mais precoce: 14% das filhas (independentemente da ocupação dos seus pais) já tinham abandonado o lar paterno antes dos 13 anos, contra 7% entre os filhos. Não foi possível obter para Oeiras a distribuição dos criados e criadas por idades, para comprovar se no destino prioritário destes jovens se encontraria uma idêntica diferença entre as idades dos dois sexos. Todavia, recorro às idades de criados e criadas, conhecidas para outras localidades portuguesas para encontrar uma justificação para esta mais precoce saída das filhas. As informações são concordantes: em Salvaterra de Magos ou em Coruche no final do século XVIII, na freguesia de Urgeses em 1878, constata-se que existe um maior peso relativo das criadas nas idades mais jovens, numa proporção face aos domésticos do sexo masculino

²⁷ Conclusão semelhante é apresentada por R. Wall para os jovens ingleses [1978, pp. 189-194].

que se cifra em cerca do dobro²⁸. A entrada no trabalho doméstico seria mais precoce no sexo feminino explicando as diferentes idades de saída de casa por parte das filhas e dos filhos.

5. TRAJECTÓRIAS FAMILIARES: A DIMENSÃO DO GRUPO DE CO-RESIDENTES

A existência de mais filhos residindo no fogo paterno pode ser considerada como uma característica das famílias de lavradores que as diferencia de outros grupos domésticos. Em contrapartida, a complexidade das relações familiares no interior do grupo doméstico não assumia uma grande função discriminante: a existência de outros parentes, exteriores ao núcleo conjugal e seus filhos solteiros, pouco diferenciava as famílias de lavradores, embora se notasse alguma propensão para que nestas surgissem com mais frequência²⁹. Concorrendo com a função discriminante do número de filhos solteiros coresidentes apenas surgia a dimensão dos trabalhadores domésticos coresidentes: criados ou escravos³⁰.

Se o número de filhos coresidentes desempenha uma função discriminante tão importante e, simultaneamente, influi na dimensão atingida pelo fogo, a observação da variação do número de indivíduos que coabitam pode revelar-se útil para deslindar as formas de organização do grupo doméstico típicas de lavradores e trabalhadores³¹. Na medida em que permite observar os momentos em que os filhos saíam do lar paterno contribui igualmente para esclarecer os motivos que suscitavam este abandono. Por último, tem o interesse adicional de testar a utilidade das duas componentes da análise de tipo processual, apresentadas no início deste artigo: a abordagem agregada e a abordagem biográfica.

Os modelos de ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico advogam, implícita ou explicitamente, a existência de fases distintas quanto à dimensão do grupo de familiares presentes³². A proposta de Meyer Fortes [1958] é aquela em

²⁸ Em Urgeses 23,6% das jovens com menos de 15 anos são criadas, contra 12,5% dos jovens [Nunes, 1986:63]. Em Salvaterra de Magos 14% das criadas têm menos de 15 anos, face a 7% dos criados [Silva, 1987:544]. Por último, em Coruche a percentagem cifrava-se, respectivamente, em 18% e 10% [*ibid.*].

²⁹ Veja-se o capítulo 5 de Silva, 1993, para um tratamento aprofundado.

³⁰ Eram praticamente inexistentes entre os trabalhadores, enquanto que nos fogos de lavradores quase que atingiam uma média de dois por fogo (cf. tabelas 44 e 45 de Silva, 1993).

³¹ A análise da dimensão do grupo doméstico que se segue apenas toma em consideração os co-residentes ligados por laços de parentesco. A inclusão dos trabalhadores domésticos seria um factor de dispersão face aos objectivos deste estudo.

³² Sobre a problemática do ciclo de desenvolvimento dos grupos domésticos veja-se M. Murphy [1987], Hareven [1978], Fortes [1958], Berkner [1972] e Mitterrauer e Sieder [1979 e 1983].

que a variável dimensão surge melhor articulada com as fases que caracterizam o processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. Representado graficamente assumiria a forma cíclica. No momento inicial o grupo doméstico seria de reduzida dimensão. Em seguida, o aumento do número de co-residentes coincidiria com a fase da expansão, entre o casamento e o fim do período de procriação, até atingir o zénite. Durante uma fase denominada dispersão processar-se-ia uma descida gradual da dimensão do fogo, até que, com a substituição geracional, se daria origem a uma repetição de todo o processo.

As figuras 3 e 4 apresentam a dimensão dos fogos de trabalhadores e de lavradores por períodos consecutivos de cinco anos após a formação da unidade conjugal.

A evolução da dimensão média dos grupos domésticos de lavradores apresenta de forma mais vincada a existência de uma fase de crescimento do número de familiares por fogo, que se inverte a meio da vida conjugal de um casal. Nos trabalhadores observa-se também um período de zénite na evolução do grupo doméstico ao longo do tempo de duração de uma unidade conjugal, mas não é tão expressivo quanto o dos lavradores. Até aos vinte anos de casamento o número médio de indivíduos nos fogos de trabalhadores — embora sempre crescente — oscila em torno das três pessoas, para alcançar um nível próximo das quatro entre o 21.º e o 35.º anos de casamento. Este será o período em que se atinge o nível máximo de indivíduos por fogo, quando o casamento está no seu quinto quinquénio de vida, após um período de expansão que durou cerca de 20 anos.

Figura 3: Dimensão do fogo, trabalhadores

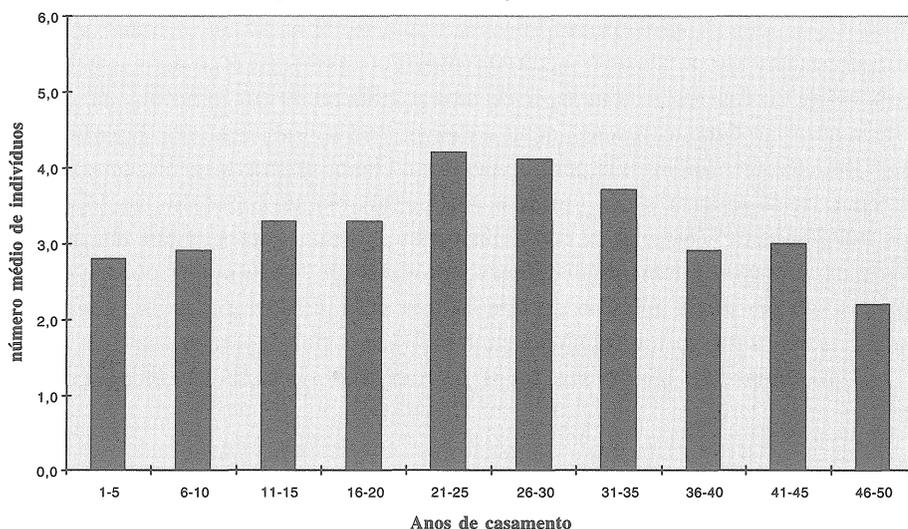
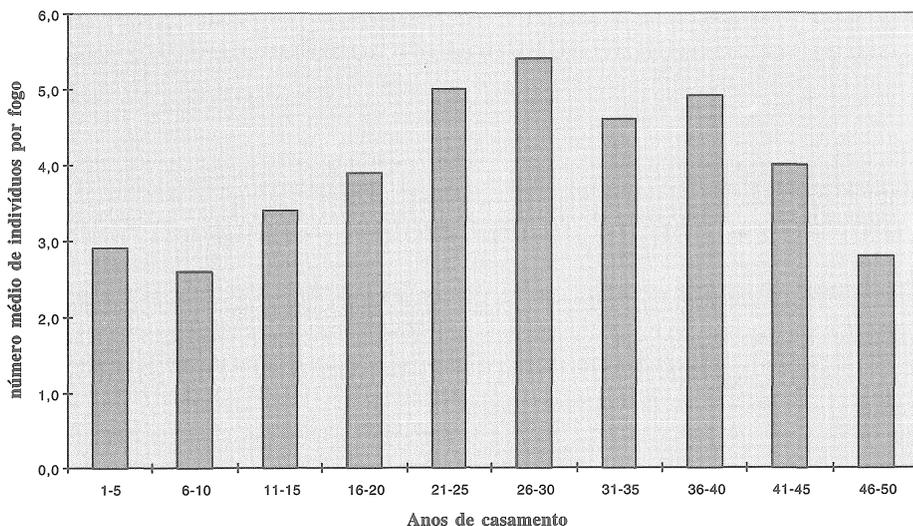


Figura 4: Dimensão do fogo, lavradores



Porém, este período de expansão nunca se processa com um ritmo suficientemente forte para ultrapassar uma variação média de uma unidade ao longo de todos estes anos. Observe-se a situação diferenciada da evolução do tamanho dos grupos domésticos dos lavradores, no que diz respeito aos seus membros que estão relacionados por laços de parentesco. O momento em que a dimensão do fogo atinge o seu ponto mais alto coincide praticamente com o que se observa nos trabalhadores — entre o 26.º e o 30.º anos de vida do núcleo conjugal. Mas o ritmo a que essa progressão se processa é distinto. Em primeiro lugar, é mais vincado o aumento do número médio de indivíduos por fogo logo após o segundo quinquênio do casamento, em lugar de uma estabilização em torno dos três indivíduos por fogo durante 20 anos, como é visível para os trabalhadores. Em segundo lugar, a extensão temporal do período de «fogo cheio» (número médio de residentes igual ou superior a quatro) cifra-se nos lavradores no dobro do que acontece nos trabalhadores³³. Mesmo se contabilizarmos apenas os quinquênios em que os fogos de lavradores têm uma dimensão próxima de 5 familiares coresidentes, aqueles são em maior número do que os três quinquênios em que os fogos de trabalhadores atingem um tamanho de 4 indivíduos por agregado familiar.

Uma análise de alguns dos fogos de trabalhadores e de lavradores poderá

³³ Entre os lavradores a dimensão média mantém-se a um nível elevado entre os 16 e os 45 anos de casamento, ao passo que nos trabalhadores o período se estende entre o 21.º e o 35.º anos de vida conjugal.

esclarecer estes diferentes ritmos de expansão e contracção³⁴. As tabelas 2 e 3 mostram a composição ao longo do tempo dos fogos de, respectivamente, um trabalhador e um lavrador, no que diz respeito aos indivíduos ligados por laços de parentesco³⁵.

Tabela 2: Evolução do fogo 399 (Trabalhador)

Anos	Chefe de Família	Mulher	Filha	Filha	Filha	Filha	Filha	Filho	Sogra
(...)									
1762	X	X							X
1763	X	X							
1764									
1765	X	X	1						X
1766	X	X	2	1					X
1767	X	X	3	2					X
1768	X	X	4	3					
1769	X	X	5	4	1				
1770	X	X	6	5	2				
1771	X	X	7	6	3				
1772	X	X	8*	7	4				
1773	X	X	9	8	5	1			
(...)									
1778	X	X	14		10*	6	1		
1779	X	X	15		11	7	2		
1780	X	X	16			8	3		
1781	X	X	17			9	4		
1782	X	X	18			10*	5	1	
1783	X	X	19	18*		11	6	2	
1784	Faleceu	X	20	19	16	12	7	3	
1785		CF	21			13	8	4	
1786		X	22				9	5	
1787		X	23				10	6	
1788		X	24					7	
1789		X						8*	
1790		X					13	9	
1791		X						10	

Notas: Os números correspondem às idades; X representa a presença de um indivíduo com idade desconhecida; * regista o momento em que a criança passa a surgir registada no rol de confessados.

³⁴ Escolhi apenas um exemplo relativo a cada grupo socioprofissional. Para uma análise mais detalhada cf. Silva, 1993, 6.2.

³⁵ Os artigos de Mitterauer e Sieder já citados são a base desta organização da informação. No eixo horizontal estão representados todos os parentes que alguma vez partilharam a residência, durante a

Tomemos o agregado familiar resultante do casamento de Manuel da Silva, trabalhador, e Maria Joaquina. Casam em 1760 e vivem em Laveiras ao longo dos anos em que a sua presença foi assinalada nos róis de confessados³⁶. Entre 1762 e 1767, de forma descontínua, está presente a sogra do chefe de família, acompanhando os recém-casados e o nascimento das suas duas primeiras filhas³⁷. A partir desta última data não surge nenhum outro parente estranho ao núcleo conjugal. Isto é, nos fogos sem criados, as variações na dimensão do fogo são fundamentalmente o resultado do processo de nascimento, criação e saída dos filhos e não da adição de quaisquer outros parentes. Outra coisa não seria de esperar após a constatação da reduzida importância dos parentes co-residentes exteriores à família nuclear e do seu peso residual como determinantes da dimensão dos fogos.

O nascimento dos filhos, a fase da sua criação e por fim a sua saída do lar, retomando o fogo a dimensão do casal, agora na fase terminal da sua vida, são justamente as fases usualmente associadas aos processos de expansão e contracção dos grupos domésticos no «ciclo de vida da família moderna». A inexistência ou a reduzida importância dos parentes co-residentes, para além do casal e seus filhos, não deve, porém, fazer esquecer as significativas diferenças face ao modelo de desenvolvimento da família contemporânea que podem ser observadas na evolução dos grupos domésticos dos trabalhadores. No grupo doméstico de Manuel da Silva e Maria Joaquina apenas em 1784, ano da morte do cônjuge masculino, encontramos todos os filhos vivos do casal vivendo no mesmo espaço. Desde idades mais ou menos tenras, os filhos vão saindo do grupo doméstico, regressam temporariamente, como aconteceu no ano em que se regista o falecimento do chefe de família, provavelmente após doença prolongada que exige o retorno das duas filhas que antes tinham abandonado o lar³⁸. Servir como moças

vida da unidade conjugal. No eixo vertical especificam-se os anos de observação do fogo durante a duração da unidade conjugal, assinalando-se para cada ano os familiares presentes. Esta indicação é feita de duas formas: quando se dispõe das idades, resultantes da reconstituição de famílias, inscreve-se a idade que o indivíduo tinha nesse ano, assinalando assim a sua presença no fogo; quando não existe esta informação, um "X" toma a vez da idade. Por outro lado, considerou-se que nos anos anteriores à idade de confissão (logo, ao início do registo dum indivíduo no rol de confessados) qualquer filho menor residia em casa dos pais. De qualquer modo, um asterisco assinala o ano e a idade a partir dos quais a criança surge pela primeira vez registada no rol de confessados.

³⁶ Os hiatos encontrados nestes quadros referem-se aos anos em que não existem róis de confessados. Ocasionalmente, um grupo doméstico pode não ser registado num determinado ano e surgir no ano consecutivo, sem que se descortine qualquer razão para esta lacuna.

³⁷ Assinale-se que a média dos familiares nos fogos de trabalhadores (figura 2), logo após o casamento, está bem próxima de três pessoas por agregado doméstico, em lugar do par resultante do laço conjugal, que se deveria manter até que o primeiro filho fosse visível nos róis de confessados. Tal deve-se a esta presença de parentes nos primeiros anos após o casamento.

³⁸ Existiriam motivos mais imperscrutáveis para o retorno temporário a casa paterna, como o testemunha o regresso da filha Maria das Neves em 1790, quando tinha 13 anos. Dificuldades temporárias de trabalho?

ou moços, aprender um ofício como aprendiz, seriam sem dúvida os motivos mais frequentes que podiam explicar esta saída do lar, num período prévio ao casamento. A presença sincopada no fogo é um traço característico de alguns destes jovens. Outros filhos há que permanecem em casa até ao casamento (como no caso da filha mais velha, Bárbara Teresa, que reside ininterruptamente com os pais até ao momento em que casa com Vicente João, em 1789), mas a saída antes do matrimónio fazia parte do comportamento dos jovens descendentes das famílias dos trabalhadores, mesmo quando não tinha um carácter definitivo.

É este abandono precoce do lar paterno por parte de alguns dos jovens que proporciona o declive pouco pronunciado da curva que traça o tamanho da família. O próprio zénite da dimensão do fogo, alcançado na 5^a. década, é significativamente baixo quando comparado com os fogos dos lavradores. Duas consequências podem ser retiradas. Em primeiro lugar, o casamento do primeiro filho não dá origem ao início do processo de «esvaziamento» do fogo no começo da fase da dispersão, retomando a terminologia de Meyer Fortes. A entrada dos filhos no mercado laboral, indo servir como moços ou aprendizes, constitui uma etapa prévia para muitos dos jovens, filhos de trabalhadores, iniciando o período de dispersão³⁹. Em segundo lugar, o aumento gradual da dimensão dos grupos domésticos de trabalhadores, não proporciona uma fase de expansão que correspondesse ao máximo possível, com os níveis de fecundidade por casal existentes, mesmo com as arremetidas da igualmente forte mortalidade infantil.

A figura 5 pretende esboçar o que seria a dimensão máxima possível do fogo do trabalhador atrás referido, comparando-a com a sua efectiva dimensão⁴⁰. As diferenças entre a dimensão esperada ou possível e a dimensão efectiva são consideráveis, fazendo-se sentir principalmente a partir do 15^o. ano de duração do casamento, precisamente a altura em que os filhos mais velhos alcançariam a idade que lhes permitiria ingressar como criados ou aprendizes numa outra família. Os modelos de economia doméstica testados por Richard Smith justapõem-se a esta propensão para a separação entre as duas linhas a partir dos 15 anos de casados⁴¹. O défice da economia familiar atingiria nesta data o seu nível mais

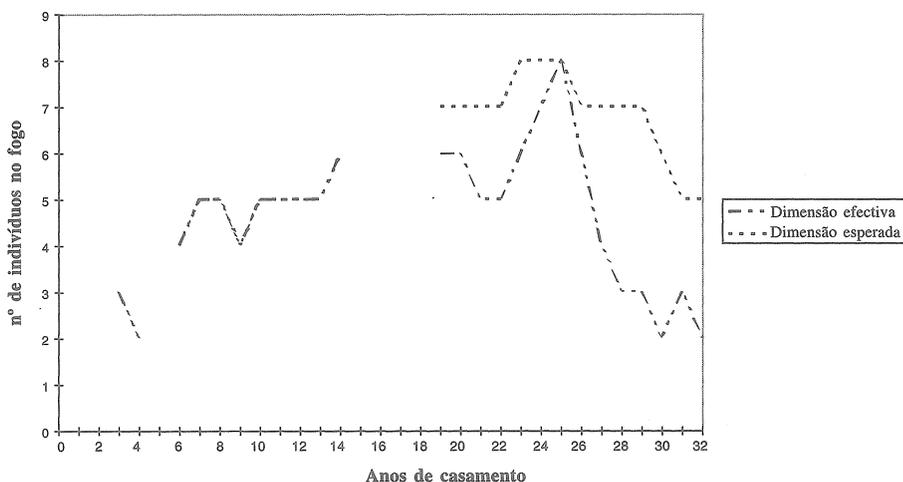
³⁹ Em boa verdade, devido ao carácter intermitente da saída dos filhos do lar, com vários períodos de retorno antes do casamento, a utilização do termo «dispersão» destaca precisamente as dificuldades de aplicar os conceitos desenvolvidos pela sociologia da família.

⁴⁰ Considerou-se como dimensão efectiva o número de coresidentes prováveis, isto é, mesmo os filhos menores de confissão, pressupondo que não estariam fora do lar paterno nos primeiros 10 anos de vida. Por outro lado, o cálculo da máxima dimensão possível, tomou como ponto de partida que nenhum filho abandonaria a casa dos pais a não ser para casar.

⁴¹ Veja-se a análise deste processo efectuada por R. Smith [1984:68-72 (nomeadamente o quadro 1.9 na p. 70) e 1986:197-199 (principalmente os gráficos 1 e 2, nas pp. 198 e 199)]. Utilizando o mesmo método, Chayanov tinha chegado também à conclusão que a primeira metade do ciclo de vida familiar seria aquela em que a família camponesa teria mais dificuldades [Chayanov, 1966:58-60]. Só

intenso e manter-se-ia sensivelmente no mesmo plano entre os 15 e 20 anos de casamento, como se pode observar através da figura 6⁴². Ora, uma forma de reduzir o impacto do défice entre rendimento e consumo, simultaneamente na sua extensão temporal na biografia familiar e nos valores negativos que poderia alcançar, seria através da «exportação» de filhos para fora do lar, e fazendo-o o mais precocemente possível. No interior do grupo doméstico não existiam os meios de empregar esses braços, assim que pudessem iniciar uma vida activa como trabalhadores. A saída dos filhos representava, portanto, um meio de adaptar a dimensão do grupo doméstico às suas possibilidades de angariar rendimentos. A curva pouco pronunciada da subida da dimensão dos fogos de trabalhadores é a tradução deste comportamento.

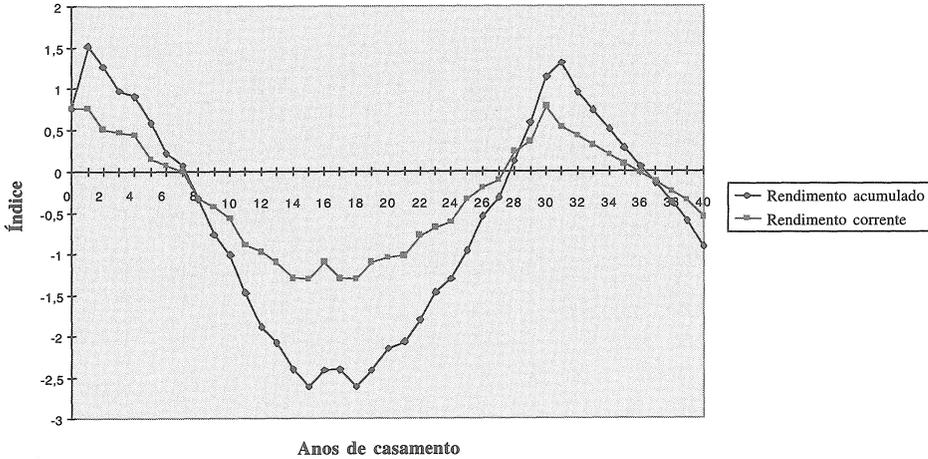
Figura 5: Evolução do fogo 399, trabalhador



que integrava esta constatação na concepção da existência de uma mobilidade social cíclica, baseada na evolução demográfica da família. Para uma argumentação idêntica veja-se também T. Shanin, 1983:147-161. Numa aplicação à história da família existe o trabalho pioneiro de L. K. Berkner, 1972, nomeadamente p. 414.

⁴²Neste gráfico pretende-se retratar a evolução do rendimento dum família dum trabalhador, com base em coeficientes de rendimento e consumo per capita e por idade. Estes coeficientes de rendimento e de consumo baseiam-se nos pressupostos do modelo apresentado por Richard Smith [1984 e 1986], modificando os parâmetros relativos à idade ao casamento (25 anos) e à idade de saída do lar por parte dos filhos (15 anos), por forma a adaptá-los à situação de Oeiras.

Figura 6: Evolução do rendimento familiar hipotético duma família de trabalhadores



Nos fogos de lavradores é maior a semelhança com a imagem tradicional dum rápido crescimento do número de familiares por fogo e duma saída dos filhos tendencialmente coincidente com o casamento. A tabela 3 retrata a evolução do grupo doméstico de um lavrador, Vicente Antunes, que em 1750 tinha casado com Teodora Leonarda. Ambos naturais da freguesia e relacionados por laços de parentesco com outros fogos de lavradores, residem em Terrugem ao longo de toda a sua vida. Entre 1751 e 1767 o casal vai ter oito filhos, dos quais seis sobrevivem até à idade de confissão. Exceptuando José Antunes, o quarto filho, todos os outros permanecem em casa dos pais até ao momento do casamento ou até atingirem uma idade superior a 20 anos. Singularmente, esta excepção relaciona-se com um filho que mais tarde vai exercer o ofício de carpinteiro: a sua ausência de 1774-77 a 1779 seria o resultado da aprendizagem do ofício? É uma hipótese que parece plausível.

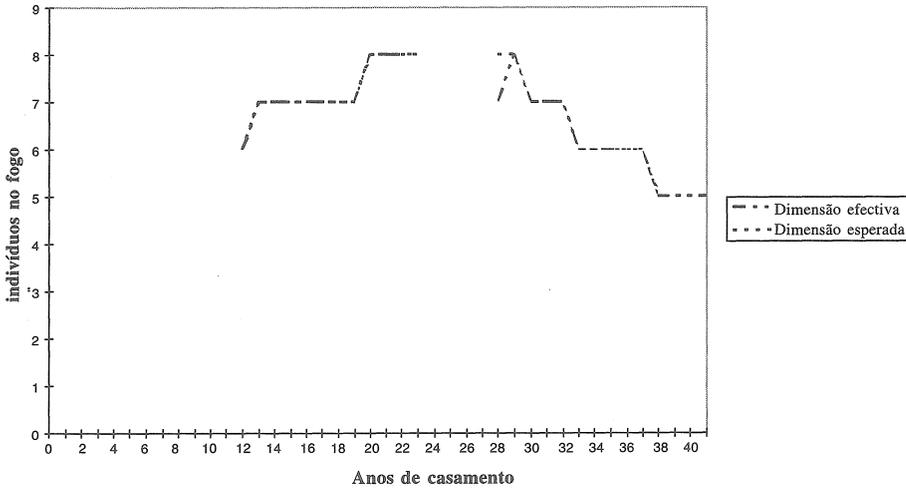
Tabela 3: Evolução do fogo 470 (Lavrador)

Anos	Chefe de Família	Mulher	Filha	Filha	Filha	Filha	Filha	Filho
(...)								
1762	X	X	11*	10*	4	2		X
1763	X	X	12	11	5	3	1	
1764	X	X	13	12	6	4	2	
1765	X	X	14	13	7	5	3	X
1766	X	X	15	14	8	6	4	X
1767	X	X	16	15	9	7	5	X
1768	X	X	17	16	10	8	6	
1769	X	X	18	17	11*	9*	7	
1770	X	X	19	18	12	10	8	1
1771	X	X	20	19	13	11	9*	2
1772	X	X	21	20	14	12	10	3
1773	X	X	22	21	15	13	11	4
(...)								
1778	X	X	27	26	20		16	9*
1779	X	X	28	27	21	19	17	10
1780	X	X	29	28		20	18	11
1781	X	X	30	29		21	19	12
1782	X	X	31	30		22	20	13
1783	X	X		31		23	21	14
1784	X	X		32		24	22	15
1785	X	X		33		25	23	16
1786	X	X		34		26	24	17
1787	X	X		35		27	25	18
1788	X	X		36			26	19
1789	X	X		37			27	20
1790	X	X		38			28	21
1791	X	X		39			29	22

Notas: Ver tabela 2.

A evolução da dimensão efectiva e da dimensão esperada ou possível deste fogo de um lavrador (figura 7) é o resultado de um ritmo de saída dos filhos que tendencialmente coincide com o seu casamento, ao contrário do que tinha sido registado nos fogos dos trabalhadores. A distinção no processo de desenvolvimento dos dois grupos domésticos reside, pois, não na diferente fecundidade individual dos casais, mas na diferente capacidade centrípeta da casa dos pais sobre o grupo dos descendentes.

Figura 7: Evolução do fogo 407, trabalhador



A coincidência entre a dimensão esperada (ou possível) e a dimensão efectiva é praticamente total. A comparação com a figura 5, salienta o impacto de distintas formas de economia doméstica na dimensão do fogo e na sua variação durante a biografia da família. Nas famílias de jornaleiros é imperioso a saída de filhos do lar, no momento inicial da sua juventude. Nos lavradores a permanência dos filhos na casa paterna adequa-se mais aos padrões de desenvolvimento do ciclo de vida usualmente apresentados: uma fase de expansão que culmina no ponto mais alto da dimensão do fogo com o nascimento do último filho e que inicia a sua curva descendente quando se processa o primeiro casamento, seguindo-se o «esvaziamento» da unidade de residência.

Num aspecto o processo de evolução dos grupos domésticos de lavradores e trabalhadores é semelhante: a inexistência do nascimento dos filhos concentrado num curto período de tempo, uma característica do «ciclo de vida moderno». Os fogos de trabalhadores e lavradores caracterizam-se por um longo período de sucessivas maternidades. Nem todas as famílias evidenciam este comportamento. Mas aí são os casos da morte prematura de um dos cônjuges ou da esterilidade que ditam a sua lei. Como regra tendencial, as maternidades acompanham todo o período fértil da mulher. Não estando o nascimento dos filhos confinado a um curto período na vida conjugal do casal, não existe igualmente uma separação completa entre uma fase de nascimento dos filhos e uma outra em que se processaria a sua criação e crescimento no interior da família, até que a dispersão se concretizasse. Em contrapartida, a imagem dos agregados familiares em que a morte não interrompia a carreira procriativa do casal — e de modo muito mais

flagrante no caso dos trabalhadores — é a de uma sucessiva «entrada» de crianças, a que se junta uma não menos importante «saída»: ditada pelos omnipresentes acasos da morte (do período natal à juventude), pelo trabalho ou pelo casamento. As relações familiares e os papéis sociais no interior do grupo doméstico não ficam imunes a esta influência. Sucessivas «entradas»⁴³ e «saídas» significam uma inerente modificação no lugar ocupado por cada filho no interior do fogo. Mitterauer e Sieder chamaram a atenção para a importância deste aspecto como gerador da inexistência de focos constantes de afecto⁴⁴. Conclusão importante a que se deve agregar uma outra: a da existência de uma multiplicidade de referenciais de afecto e de obrigação de auxílio. Em situações de necessidade estes laços podiam ser activados com muita facilidade, particularmente aqueles que ligavam irmãos entre si. A diferença de idades que podia existir entre irmãos, tornava possível a junção do papel de pai ao de irmão⁴⁵.

Podendo existir um tão grande intervalo entre o nascimento do primeiro e do último filho, tornava-se impossível a existência de um período de residência do casal sem filhos no final da sua vida. Com maior probabilidade morreria um dos cônjuges, antes do último filho ter sequer podido alcançar a juventude.

6. CONCLUSÃO

Creio que ao longo deste trabalho se demonstrou a importância duma análise minuciosa da situação residencial dos filhos solteiros. Relembrem-se as principais linhas de inquérito. Em primeiro lugar, a existência de padrões localmente diferenciados quanto à situação dos filhos nos lares paternos, revelando comunidades em que a força de atracção da família sobre os jovens se exerce com graus de intensidade distinta. Uma lacuna importante deste estudo residiu no isolamento do peso específico das variáveis demográficas, face às que têm as suas raízes nas formas de organização do trabalho, nas oportunidades de emprego ou na estrutura social. Uma segunda linha de inquérito dirigiu-se para a análise dos comportamentos diferenciados entre grupos ocupacionais, incidindo sobre dois que tinham níveis de riqueza distintos e que se fundavam sobre formas antagónicas de economia doméstica. Utilizando abordagens metodológicas diversas, da biografia dos

⁴³ A que se poderiam igualmente associar as reentradas, quando se trata de filhos que saíram para ir trabalhar como domésticos, que voltam para ficar um ou outro ano e tornam a sair.

⁴⁴ Mitterauer e Sieder, 1983, p. 335; cf. também 1979, p. 266. No «ciclo de vida moderno» as relações familiares processam-se com uma maior estabilidade.

⁴⁵ É este aspecto que explica a inusitada frequência do surgimento dos irmãos como relação de parentesco mais citada nos vários anos de róis de confessados. Sobre a importância social do parentesco entre irmãos veja-se Silva, 1993, cap. 4.

grupos domésticos à tradução estatística dos comportamentos individuais, procurou-se detectar as características residenciais dos filhos solteiros, seguir as suas trajectórias no interior das famílias, os seus ritmos de permanência ou saída do lar paterno e o momento em que o faziam. A partir destas imagens sobre a situação residencial dos filhos solteiros tentou-se aceder aos motivos que ditavam tais comportamentos.

Uma primeira conclusão permite destacar o papel do trabalho doméstico como destino provável de grande parte dos jovens que saíam de casa antes do casamento. Assim, a situação residencial dos jovens pode ser entendida como mais um dos atributos do sistema de organização do grupo doméstico baseado na neo-localidade da residência, na falta de continuidade geracional dos agregados familiares e no casamento tardio. Hajnal e Laslett sublinharam a relevância do trabalho doméstico dos jovens como uma das componentes da matriz da organização do grupo doméstico de uma vasta área da Europa ocidental⁴⁶. André Burguière quando fala da função dos criados para o padrão de condutas familiares do Noroeste da Europa apelida-os, enfaticamente, de «agentes secretos do grupo doméstico ocidental» [Burguière, 1986:43]. Casamento neolocal e trabalho doméstico são associados a atitudes familiares caracterizadas por uma maior independência entre as gerações. De facto, a possibilidade de saída da casa paterna, o trabalho e a residência em casa de outra família, fazia com que o grupo doméstico natal passasse a ter um papel menos relevante na viabilização económica da vida entre o início da juventude e o casamento. Do mesmo modo, também a existência de um período de trabalho doméstico durante a juventude, se incorpora num padrão de nupcialidade em que o casamento tardio é a norma e o celibato definitivo uma realidade que escapa à excepção. Embora não questionando a validade desta interpretação, a comparação entre os resultados obtidos para Oeiras e os que se podem inferir do trabalho de Guilhermina Mota para Coimbra aponta para a necessidade de um tratamento mais aprofundado deste tema, utilizando nomeadamente um leque mais amplo de variáveis, como as que dizem respeito às formas de organização do trabalho e da economia doméstica, na linha das propostas de Peter Laslett [1983:525-531]. Razão para voltar a assinalar o carácter catalizador de um feixe variado de problemas revelado pela pesquisa sobre a posição familiar ocupada pelos jovens.

A análise das diferenças de comportamento entre trabalhadores e lavradores, enquanto exemplos de duas formas de economia doméstica, permitiu outras conclusões que reputo interessantes. As diferentes formas de economia doméstica encontram-se reflectidas em distintas capacidades centrípetas da família sobre os

⁴⁶J. Hajnal, 1983; P. Laslett, 1977 e 1983. Cf. igualmente o recente trabalho de síntese sobre o trabalho doméstico à escala europeia efectuado por Michael Mitterauer [1990].

descendentes. Uma maior propensão para a saída dos filhos era uma característica dos grupos domésticos em que mais se faziam sentir as pressões do consumo sobre a capacidade de angariação de rendimentos por parte da família, e em que existia a impossibilidade de serem integrados num grupo de trabalho doméstico. Durante a primeira metade da «biografia» de um agregado doméstico, entre o 7.º e o 20.º. anos após o casamento, desenhava-se um período de maiores dificuldades para a economia doméstica, decorrente do desequilíbrio entre o rendimento gerado pelos membros da família angariadores de receitas e o consumo familiar, num momento em que o nascimento sucessivo dos filhos aumentava o número de consumidores⁴⁷. A saída de filhos para irem trabalhar por conta de outrem e viver numa outra casa, libertava a economia doméstica de pressões excessivamente fortes.

Tudo é diferente nas famílias dos lavradores. Nestes fazia-se sentir a sua condição de unidade de produção como incentivo à maior permanência dos filhos em casa dos pais no período prévio ao casamento. Não só a permanência de filhos no grupo doméstico é maior, como num período de diminuição do trabalho doméstico masculino, a partir do último quartel do século XVIII, se nota a capacidade do agregado familiar em reter um maior número de filhos como força de trabalho, traduzida no acréscimo do número médio de filhos por unidade conjugal entre 1763 e 1806, como se pode ver na tabela 1. Diminuindo as possibilidades de colocação dos filhos como trabalhadores domésticos, são os lavradores que com mais facilidade os integram nos seus fogos. Por seu turno, as famílias dos trabalhadores (ou a grande maioria dos fogos de artífices) continuavam a sentir as mesmas dificuldades em adequarem os rendimentos familiares ao período do ciclo de vida em que qualquer acréscimo numa unidade de consumo faz diminuir substancialmente o nível de vida da família.

Era muito menos nítida a existência de qualquer relação de dependência entre o funcionamento do grupo doméstico como grupo de trabalho e a presença de familiares exteriores ao núcleo conjugal e seus filhos. Esta solução estava longe de ser universal e de ter um impacto significativo na composição do grupo doméstico, como assinalai noutra ocasião. A acção centrípeta do grupo doméstico sobre a mão-de-obra familiar podia surgir como uma característica dos grupos residenciais que se constituíam como unidade de produção. Mas atingia sobretudo os filhos do casal, deixando de lado os outros parentes. O outro grupo de co-residentes com uma presença fortemente desequilibrada em favor dos lavradores era afinal o dos criados, que complementavam a mão de obra familiar recrutada

⁴⁷R. Smith [1984 e 1986], Chayanov [1966] ou Shanin [1983] para a análise do equilíbrio rendimento-consumo ao longo da vida conjugal de uma família. Veja-se a aplicação desta metodologia em Silva, 1993.

entre a família conjugal⁴⁸.

Uma outra conclusão prende-se com os dois modelos de economia doméstica apresentados no início deste artigo. O fulcro do modelo de «economia doméstica com base no salário» (*wage economy*), naquilo que se relacionava com a adequação entre a composição do grupo doméstico e a natureza da sua posição no processo de trabalho, era a defesa de que não existia qualquer limite ao número de membros activos da família que poderiam residir no mesmo fogo, que não existiam constrangimentos ao número de filhos que poderiam permanecer em casa. A necessidade dos filhos saírem de casa dos pais para entrada no mundo laboral no início da adolescência é uma importante limitação à co-residência de filhos em casa dos pais de famílias de assalariados e, concomitantemente, à proliferação de agregados domésticos numerosos⁴⁹.

Quanto aos fogos de lavradores, cujas características mais se adequavam ao modelo de «economia familiar», a coincidência entre grupo doméstico e grupo de trabalho permite que os filhos possam ser mais facilmente integrados na economia doméstica. Demonstram uma maleabilidade superior face à escolha quanto ao momento, à intensidade e ao sexo dos filhos que saem de casa. Porém, esta constatação da maior capacidade centrípeta dos fogos de lavradores não pode fazer esquecer os importantes desvios face a um modelo em que se valorizava o recrutamento familiar da mão-de-obra. Subjacente àquele modelo estava um equilíbrio entre necessidades e recursos internamente gerados, na linha das propostas de Chayanov quanto às características da «economia doméstica da família camponesa». Do lado das necessidades estavam as exigências de consumo familiar, enquanto que os recursos eram determinados pela composição e dimensão da mão-de-obra familiar [Chayanov, 1966; Shanin, 1971, 1973 e 1983]. O factor dinâmico residiria na micro-demografia da família, pela capacidade de angariar força de trabalho para o cultivo da exploração agrária⁵⁰. Contudo, nos lavradores que temos seguido a adequação entre bens agrícolas cultivados e mão-de-obra residente faz-se sobretudo através da contratação de criados e menos pela concentração de familiares⁵¹. Os recursos em força de trabalho de cada grupo doméstico de lavradores não se baseavam estritamente na mão-de-obra familiar, fosse ela

⁴⁸ Em 1763, dos 101 fogos de trabalhadores apenas um tem uma criada, enquanto os 33 fogos de lavradores têm em média cerca de dois criados ou escravos por fogo.

⁴⁹ Uma outra razão diz respeito ao espaço físico disponível para albergar os co-residentes.

⁵⁰ No modelo de Chayanov a dimensão da exploração agrícola não era susceptível de criar embaços aos recursos em mão-de-obra internamente gerados, devido à peculiar organização agrária russa em que baseou o seu modelo.

⁵¹ Procurei testar a relação entre a dimensão da exploração agrária e os diferentes sectores da força de trabalho residente nos grupos domésticos dos lavradores em Silva, 1993, cap. 5.2. A dimensão do grupo de filhos de lavradores apresentava alguma covariação com a dimensão da exploração. Porém, a conclusão fundamental — que aqui se retoma nos seus traços essenciais — é a de que deve ser

oriunda do grupo de filhos ou proveniente do leque mais amplo de familiares. O recrutamento de mão-de-obra não estava dependente de qualquer «fatalismo demográfico», relacionado com a fecundidade dos casais de lavradores. Face a um modelo em que o factor dinâmico residia na micro-demografia da família, destaca-se o papel desempenhado pelo dinamismo do trabalho doméstico dos jovens na adaptação entre necessidades e recursos. Pela saída de filhos das casas dos lavradores com uma menor dimensão da exploração, absorvendo os défices entre o consumo familiar e o rendimento das terras que cultivavam; através da contratação de trabalhadores domésticos exteriores à família, como meio de superar as lacunas em força de trabalho familiar⁵².

De qualquer modo, a percentagem dos filhos permanecendo em casa entre a idade de comunhão e os 20 anos é um bom indicador da capacidade económica da família. É um reflexo das oportunidades económicas existentes junto da família de procriação e de distintas formas de economia doméstica, como já tive oportunidade de sublinhar. Uma saída precoce de casa dos pais, bem como o carácter reversível desta decisão, não deixam de ter consequências importantes para o processo de desenvolvimento dos grupos domésticos, para além daquilo que se manifesta na sua dimensão ao longo dos anos. Realçam duplamente as repercussões sociais e económicas do casamento neolocal. Primeiro, porque a mobilidade originada pelo abandono do lar paterno num momento anterior ao casamento dá origem a espaços de interconhecimento muito mais amplos, a potenciais mercados matrimoniais mais vastos. Segundo, porque a família de procriação nos fogos de trabalhadores e em grande número dos artífices, nada tinha a ver com qualquer função de empregadora da mão-de-obra familiar, devido ao desprendimento que manifestava face aos meios de produção. O bem-estar do indivíduo deixava de estar vinculado à co-residência com os pais e à dependência da herança, condições importantes para que formas de família troncal tivessem pouco ou nenhum significado.

Um modo de organização do grupo doméstico que rompe com a descontinuidade geracional da residência, típica dos trabalhadores é, afinal, uma característica dos lavradores. Nestes, a organização do grupo doméstico manifesta uma tendência para a sua perpetuação no tempo. Torna-se difícil definir um princípio e um fim no processo de desenvolvimento dos grupos domésticos. Esta perpetuação dos grupos domésticos de lavradores é assegurada pela sucessão intergeracional da autoridade no grupo doméstico e do controlo dos recursos que fundamentam a sua exploração

minimizado o papel da mão-de-obra familiar como base fundamental da exploração agrária. A economia do trabalho inscrevia-se num leque variado de oportunidades e combinações possíveis, dificilmente antecipáveis ou previsíveis. O percurso analítico para esta conclusão não é aqui apresentado remetendo-se o leitor para esse trabalho.

⁵² Análise semelhante em A. Kussmaul [1981:27] e R. Smith [1984:22-23].

agrária. Fomenta a fixação e a continuidade na mesma residência⁵³.

A fixação de filhos no lar não ficava imune a esta característica dos grupos domésticos de lavradores. A transmissão da exploração agrária entre gerações é mais um elemento de fixação dos descendentes no grupo doméstico dos lavradores, tanto mais que, na maior parte dos casos, a sucessão na chefia do fogo se faz maioritariamente apenas após a morte de ambos os elementos do casal. Em contrapartida, os grupos domésticos de trabalhadores não são afectados por qualquer processo de sucessão. À falta de continuidade geracional na mesma residência, alicerçada no modelo de residência neolocal, associava-se uma outra descontinuidade que se desenrolava ao longo da biografia duma unidade conjugal. A saída de casa paterna por parte dos filhos de trabalhadores não ocorria nem concentrada num único período da trajectória do grupo doméstico dos progenitores, nem de forma irreversível, nem apenas no momento do casamento e muito menos do desenlace de qualquer processo de sucessão. Ritmada por saídas com a duração de alguns anos, que depois se transformavam em retornos a casa dos pais, onde viviam por mais um ou outro ano, a variação na dimensão do grupo de filhos parece corresponder a um ajustamento da composição da família a vários constrangimentos: o espaço de habitação disponível e a relação consumo-rendimento⁵⁴.

Em suma, os distintos ritmos de saída de casa paterna por parte dos filhos de lavradores ou de trabalhadores surgiram plenos de consequências. Revelaram formas diferenciadas de economia doméstica e processos radicalmente diferentes de protagonizar a trajectória dos grupos familiares ao longo do tempo. As relações intra-familiares também não ficam imunes. A maior independência entre gerações originada pela carácter sincopado do processo de desenvolvimento dos grupos domésticos de trabalhadores tem as suas raízes na saída precoce de casa paterna, levando a um afastamento residencial, em muitos casos para o exterior da freguesia ou mesmo do concelho em que residiam os pais. Falei já na importância desta mobilidade geográfica para um alargamento do próprio horizonte do mercado matrimonial. Porém, ela é também responsável pela criação de novos canais de socialização para os jovens [Mitterauer, 1990:29], antes da escolarização de massas e do recrutamento obrigatório no exército nacional. Sinal evidente de que a transição brusca entre infância e idade adulta, inaugurada em muitos casos por um rito de passagem que realçaria ainda mais a descontinuidade⁵⁵, não seria característico de sociedades locais como a que aqui foi analisada.

Janeiro de 1997.

⁵³ Os processos de sucessão nos grupos domésticos de lavradores foram analisados em Silva, 1993, cap. 6.2, e em Silva, 1995, bem como a explicitação das diferenças entre distintas formas de organização dos agregados familiares, típicas de trabalhadores ou de lavradores.

⁵⁴ Não se trata do equilíbrio produção-consumo das famílias camponesas, na teorização de Chayanov, mas do equilíbrio entre rendimentos do trabalho e consumo.

⁵⁵ Veja-se uma vez mais Mitterauer [1990], Ariès [1972] e Gillis [1974].

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ARIÈS, Philippe (1960) *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*. Paris, Ed. du Seuil.
- BERKNER, L. K. (1972) «The stem family and the developmental cycle of the peasant household: an eighteenth-century Austrian example», *American Historical Review*, 77, pp. 398-418.
- BRADLEY, B. P. e MENDELS, F. (1978) «Can the hypothesis of a nuclear family be tested statistically?», *Population Studies*, 32, 2, pp. 381-394.
- BURGUIÈRE, A. (1986) «Les cent et une familles de l'Europe», in A. Burguière *et al.*, *Histoire de la Famille*, vol. 2, Paris.
- CASCÃO, Rui (1985) «Demografia e sociedade. A Figueira da Foz na primeira metade do século XIX», *Revista de História Económica e Social*, 15, pp. 83-122.
- CASEY, J. e VINCENT, B. (1987) «Casa y familia en la Granada del Antiguo Régimen», in J. Casey *et al.* (orgs.) *La familia en la España mediterránea (siglos XV-XIX)*, Barcelona, Crítica.
- CHAYANOV, A. V. (1966) *The Theory of Peasant Organization*, Homewood, Illinois (org. de D. Thorner *et al.*).
- FORTES, Meyer (1958) «Introduction», in J. Goody (org.), *The developmental cycle of domestic groups*, Cambridge, Cambridge Univ. Press.
- GILLIS, J. R. (1974) *Youth and history*, New York.
- HAJNAL (1983) «Two kinds of pre-industrial household formation system», in R. Wall *et al.* (orgs.) *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HAREVEN, T. K. (org.) (1978) *Transitions: the family and the life course in historical perspective*, New York, Academic Press.
- KUSSMALL, Ann (1981) *Servants in husbandry in early modern England*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LASLETT, P. (1977) «Characteristics of the western family considered over time», in Peter Laslett, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- LASLETT, P. (1983) «Family and household as work and kin group: areas of traditional Europe compared», in R. Wall *et al.* (org.) *Family Forms in Historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MINTZ, Sidney (1973) «A note on the definition of peasantries», *Journal of peasant studies*, 1, pp. 91-106.
- MITTERAUER, M. (1990) «Servants and Youth», *Continuity and Change*, 5, pp. 11-38.
- MITTERAUER, M. e SIEDER, R. (1979) «The developmental process of domestic groups: problems of reconstruction and possibilities of interpretation», *Journal of Family History*, 3, pp. 257-284.
- MOTA, G. (1988) «Estruturas familiares no mundo rural: grupos domésticos no Bispado de Coimbra em 1801», *Revista Portuguesa de História*, 25, pp. 1-66.
- MURPHY, M. (1987) «Measuring the family life: concept, data and methods», in A. Bryman *et al.* (orgs.), *Rethinking the life-cycle*, London, Macmillan.
- NUNES, João Arriscado (1986) «On household composition in North-Western Portugal. Some critical remarks and a case study», *Sociologia Ruralis*, 26, pp. 48-69.
- SHANIN, T. (1971) *Peasants and peasant societies*, Harmondsworth, Penguin.
- SHANIN, T. (1973) «The nature and logic of the peasant economy», *Journal of peasant studies*, 1, pp. 63-90; 1973, 2, pp. 137-162.
- SHANIN, T. (1983) *La clase incómoda*, Madrid, Alianza (trad. castelhana de *The Awkward*

- Class*, Oxford, Oxford University Press, 1972).
- SIEDER, R. e MITTERAUER, M. (1983) «The reconstruction of the family life course: theoretical problems and empirical results», in R. Wall *et al.* (orgs.) *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1987) «Família e trabalho doméstico no 'hinterland' de Lisboa: Oeiras, 1763-1810», *Análise Social*, 97, pp. 531-562.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1989) «A 'família mediterrânica' – um trajecto bibliográfico», *Penélope*, 1989, 3, pp. 111-127.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1993) *Propriedade, Família e Trabalho no 'hinterland' de Lisboa: Oeiras, 1738-1811*, Lisboa, Ed. Cosmos.
- SILVA, Álvaro Ferreira da (1995) «A solução dum paradoxo entre duas abordagens da família: a composição do grupo doméstico e as trajectórias familiares», *Ler História*, 29, pp. 45-66.
- SMITH, R. M. (1984) «Some issues concerning families and their property in rural England 1250-1800», in R. Smith (org.) *Land, Kinship and Life-cycle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SMITH, R. M. (1986) «Transfer Incomes, Risk and Security: The Roles of the Family and the Collectivity in Recent Theories of Fertility Change», in Coleman e Schofield (orgs.), *The state of population theory. Forward from Malthus*, Oxford, Basil Blackwell.
- THOMPSON, E. P. (1976) «The grid of inheritance: a comment», in J. Goody *et al.* (orgs.) *Family and inheritance*, Cambridge, Cambridge University Press.
- THOMPSON, E. P. (1985) *Whigs and hunters*, Harmondsworth, Penguin (1ª ed. 1975).
- THORNER, Daniel (1971) «Peasant economy as a category in economic history», in T. Shanin (org.), *Peasants and peasant societies*, Harmondsworth, Penguin.
- TILLY, L. A. e SCOTT, J. W. (1978) *Women, work and the family*, New York, Academic Press.
- WALL, Richard (1978) «The age at leaving home», *Journal of family history*, 3, pp. 181-202.
- WALL, Richard (1983) «Introduction», in R. Wall *et al.* (orgs.) *Family forms in historic Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WALL, Richard (1984) «Real property, marriage and children: the evidence from four pre-industrial communities», in R. Smith (org.) *Land, Kinship and Life-cycle*, Cambridge, Cambridge University Press.
- WALL, Richard (1986) «Work, welfare and the family: an illustration of the adaptive family economy», in L. Bonfield *et al.* (orgs.) *The world we have gained. Histories of population and social structure*, Oxford, Basil Blackwell.
- WALL, Richard (1987) «Leaving home and the process of household formation in preindustrial England», *Continuity and Change*, 2, pp. 77-101.
- WOLF, Eric (1966) *Peasants*, Englewood Cliffs (NJ), Prentice-Hall.